

17 de abril. Dia Internacional dos/as Prisioneiros/as Políticos/as **O cárcere nom deterá a nossa defesa da Terra**

A nossa luta em defesa da Terra arraiga no mais profundo da nossa história, até o ponto de nom podermos concretizar quando é que começou a haver gaelgas e galegos presos pola sua resistência. Assim relatava o Boletim da Sociedade de Residentes do Município do Porrinho em Buenos Aires (19565) a luta da vizinhança de Tui contra umha das primeiras centrais hidroelétricas na Galiza, em 1896:

“Quando os empresários dom José Leiras Pérez e dom Leoncio Comesaña dispunham-se a dar começo ao seu projeto de dotar a cidade de Tui de alumeadado público, logo se encontraram com a decidida resistência de um núcleo de população que às bravas se oporia a que tal obra se realizasse.

A fábrica devia intalar-se na paróquia de Santa María e Tebra, polas favoráveis condições que oferecia para o aproveitamento da força hidráulica que haveria de mover as turbinas umha boa parte do ano. Os habitantes de Tebra e os das vizinhas paróquias por onde deviam passar os cabos de alta tensom estavam resoltos a impedir o que eles consideravam a maior desgraça que poderia acontecer-lhes com instalações de tal género.

Os primeiros técnicos e operários que se dirigiram a Tebra para iniciarem os trabalhos das obras nom puideram chegar ao seu destino, porque a vizinhança, armada com toda classe de contundentes instrumentos, impediu-lhes o passo e obrigou-nos a retroceder ao seu ponto de partida. A preocupação dos empresários era grande, pois nom era tarefa fácil aplacar aquela gente. Foram dous anos de perseguição, de luta! Esgotaram-se todos os meios persuasórios por parte da imprensa local e apelou-se a influências políticas e de outra ordem para dissuadir os contumazes opostiores dos seus propósitos. Apelou-se aos párrocos da zona que exortassem os fregueses para deporem toda hostilidade e convencê-los dos benefícios que reportava o fluído elétrico, todo o contrário do que aquela gente supunha.

Prometeu-se-lhes alumeadado elétrico de graça por tempo indeterminado à casa paroquial e à do senhor alcalde de Tebra, assim como alumear eletricamente e de balde as festas anuais da patroa da paróquia.

Contodo, e mália este ingrato labor de apaciguamento e catequizaçom a obra foi realizada, nom sem sobressaltos e com a intervençom da força pública nalguns casos. O dia em que se pujo em movimento a fábrica para provar a instalaçom, um grupo de exaltados derrubou um poste que sustentava os cabos de alta tensom, originando a morte de várias pessoas eletrocutadas e consideráveis danos nas máquinas por efeito do contato produzido nos cabos referidos. Este episódio, que produziu grande alarma e revoo na vizinhança, exasperou ainda mais os ânimos dos revoltosos, determinando a intervençom da justiça, que levou à cadeia numerosas pessoas”

Eis um exemplo, pouco conhecido, da resistência ancestral do nosso povo, e também das práticas que o poder utiliza para tentar dobrá-la: propaganda mediática, corrupçom política, tentativas de comprar a vontade popular e, finalmente, violência institucional, repressom e cárcere. Nada com o que nom tenhamos que lidar ainda hoje. Este ato de resistência inaugural e pioneiro cobra após 127 anos um novo e extraordinário significado. Mais de um século depois, os filhos/as políticos/as de Tebra seguíamos em luta, e a resistência daquela vizinhança combativa continua hoje a inspirar a nossa dignidade de prisioneiros/as em Teixeira e na Lama.

Quem desde há 43 anos, vimos cumprindo condenas em cárceres espanhóis como consequência de distintos ciclos de violência política arredista somos a expressom dumha hstórica resistência ativa das galegas e galegos na defesa e afirmaçom no controlo do nosso território, frente o mercado e o Estado. Resistência popular que tomará formas diversas em contextos políticos e regimes diferentes, desde o levantamento popular, a desobediência civil, as sabotagens e a luta armada; desde respostas mais ou menos pontuais e espontâneas até as más organizadas e planificadas.

O abate de torretas de alta tensom, a paralisaçom de ENCE com explosivos, o ataque e destruiçom de infraestruturas das sedes dos principais partidos políticos espanhóis como instituções do Estado colonial, etc, foram as expressons mais recentes desta dinâmica histórica de luta e resistência galega.

É importante nom esquecermos toda esta herança, hoje que o assédio à Terra volve apresentar-se nos como o projeto obsessivo de Espanha. Das ocupaçoms forçadas do Estado totalitário (ENCE, encoros, expropiaçom dos montes vizinhos para serem convertidos em monocultivos industriais...) às concentraçonnns controladas do totalitarismo tecnocrático baixo o regime do 78 (concentraçoms parcelárias, parques tecnológicos, parques eólicos, granjas marinhas, grandes obras de infraestruturas ao serviço dos fluxos do capital...) a longa história oligárquica do Estado espanhol está caracterizada na nossa Terra pola mesma lógica de sempre: usurpaçom dos recursos naturais, éxodo rural das comunidades expropriadas e derrota das comunidades vizinhos.

Acabamos de conhecer a sentença pola que o Tribunal Supremo permite a continuidade de ENCE, na ria de Ponte Vedra até 2073. Aí está também a lei de Avaliaçom Ambiental aprovda polo Congresso dos Deputados espanhol que permitirá erguer instalaçoms eólicas em 88% do território galego sem qualquer trámite de avaliaçom ambiental e de exposiçom pública; ou a decisom - também estatal- de destinar até 5000Qm2 do nosso mar para poder instalar praticamente a metade dos projetos industriais eólicos de todo o Estado.

Conhecemos também o projeto de Lei de Montes Vizinhos da Xunta, cujo objectivo é o roubo de 22% do nosso território (baixo as caracterizaçom de monte vizinhal em mão comum), através da sua paulatina privatizaçom. Como soubemos do incremento em 2022 num 43% do extrativismo industrial e de dúzias de projetos mineiros aguardando para devorar o território, assim como de empreendimentos turísticos -amparados por leis administrativas- preparados para ocupar grande parte do nosso litoral (em espaço de domínio público-terrestre).

Toda esta destruiçom é perfeitamente legal. A lei é umha ferramenta do Estado e o Estado é um "holding" empresarial em mãos dos poderosos; nem umha nem outro som árbitros nos que o nosso povo poda confiar a defesa do País.

O alcalde nacionalista de Ponte Vedra afirmava pouco depois de conhecer-se a sentença do Tribunal Supremo sobre a permanência de ENCE na ria: "Temos assistido ao fracasso do Estado de direito". Nós pensamos exatamente o contrário: que é a constataçom do éxito sem paliativos do Estado de direito. O Estado de direito espanhol, está precisamente para ser o suporte de montagens através das quais a ordem social e económica das elites depredadoras se inscreve no nosso território.

Baixo as proclamas mistificadoras e idealizantes do "Estado de direito" agacha-se umha realidade muito mais violenta do que os discursos politicamente corretos se atrevem a reconhecer: é a legitimaçom e organizaçom administrativa do envenenamento das nossas águas, do espólio dos nossos recursos, do despraçamento forçado da nossa vizinhança, da destruiçom da nossa orografia mediante dinamita e "bulldozers", para deixar passo às infraestruturas do seu progresso.

A sentença sobre ENCE nom foi um lamentável acidente. ENCE, Reganosa, o encoro do Umia... som a constataçom de que o quadro legal e "pacífico" para a transferência de bens, recursos e território das classes populares galegas às máfias político-empresariais-financeiras funciona corretamente. No caso do encoro do Baxe, no rio Umia, o mesmo Tribunal Supremo é capaz de reconhecer a ilegalidade da obra e, ato seguido, justificar a sua necessidade e legitimar que

continue em pé. O “império da Lei” espanhol é o império dos caprichos do poder. Os Tribunais espanhóis não são um juiz imparcial e equidistante de resolução pacífica de conflitos, senão a via para amortecer a pressão social e desativar esforços e organização social: a garantia de êxito dos interesses do poder económico-financeiro. “Cada vez é mais complicado fazer interpretações sistemáticas das normas que integram todos os planos: o local, o autónómico, o estatal, o europeu... É um magma normativo. No Observatório Eólico estão queimados, não se dá feito mais”. Esta declaração dum catedrático de Direito Administrativo exprime com meridiana clareza o tipo de ginástica democrática extenuante e impossível através da qual o espólio e a destruição do País se está a efectivizar. Por cada ataque que conseguimos paralisar em vias judiciais há trinta que se estão a implementar já, e outros trinta aguardando a ocasião propícia para levar-se a cabo.

Temos denunciado em muitas ocasiões que vivemos de forma permanente baixo o síndrome do estado de exceção política, como técnica político-jurídica e administrativa de intervenção brutal sobre o nosso território e as nossas comunidades humanas. Um estado de exceção que não duvida em promover mesmo uma espécie de “economia de guerra” quando as circunstâncias assim o exigem. Foi assim com a genuína economia de guerra franquista de pós-guerra, que exigiu o sacrifício de todos os nossos rios e assim volta ser hoje com a “nome declarada” economia de guerra derivada da crise energética agravada pelo conflito bélico no leste de Europa. É significativo como a lei de expropriação franquista, que por exemplo nunca se utiliza para garantir o direito constitucionalmente reconhecido à vivenda, é utilizado diariamente contra a população rural do nosso país para garantir um inexistente direito à produção ilimitada de energia. Num horizonte de “transição energética” encaminhada à eletrificação e digitalização maciça de todas as montanhas da nossa Nação, com a implantação de centenas de parques eólicos. A soma dos projetos apresentados entre eólica terrestre e marinha triplica a potência atual instalada. Mas todo o mundo sabe que é impossível sustentar com renováveis o exagerado nível de consumo energético atual, e mais se este nome quer deixar de incrementar-se ano a ano. Baixa a bandeira de conveniência de uma poderosa utopia de “reconstrução ecológica” da civilização industrial e de progresso, se não o remediamos, a Galiza será arrasada, sem contemplos para saciar os instintos depredatórios das elites económico-financeiras. A última árvore será abatida baixo a chamada da sustentabilidade ambiental, os últimos regatos serão cimentados ante a bandeira do capitalismo verde, e o último produto de natureza litoral sucumbirá regado com menesterosas doses de turismo ecológico.

As presas e presos independentistas galegos/as saudamos a vaga de mobilizações em defesa do território que vai prendendo na Galiza, confluindo com uma crescente sensibilidade e ativismo juvenil por volta do ecologismo. Mas achamos importante evitar que estas lutas sejam utilizadas de forma oportunista como meros trampolins políticos, que se vejam atrapadas em esteiras vias legalistas ou que se desliguem das raízes do nosso povo e da defesa da sua ruralidade.

Frente o estigma espanhol, animamos à nossa mocidade a orgulhar-se da “Galiza profunda” que nas Encrovas defendeu a sua forma de vida com os seus cajatos frente a Guardia Civil, ou que em Tebra, “armada com toda classe de contundentes instrumentos”, impediu o passo a engenheiros e operários mesmo a preço de acabar no cárcere. Só o seu exemplo nos salvará das políticas depredatórias que os senhores da guerra, do Estado e das finanças estão a implementar na nossa Nação.

Hoje mais que nunca necessitamos esta “Galiza do atraso”, destemida e sem complexos, indigenismo do nosso caracterizado por uma atávica resistência aos elementos modernizantes e civilizatórios de Espanha. Um povo que reivindica a Terra como território de vida frente o capital e as suas dinâmicas suicidas.

Agora que estas questões são colocadas no centro das lutas anti-capitalistas, que se começa a reconhecer a Terra como crucial para qualquer projeto anti-hegemónico, as e os arredistas devemos desprender-nos definitivamente desse caduco imaginário esquerdista colonizado pela ideologia do progresso e religar a defesa da Galiza à defesa da forma de vida -humilde, comunitária, autónoma, realmente sustentável e saudável- que fijo de nós um povo diferenciado e que Espanha quer extinguir. Uma luta necessitada de sólidas redes de autodefesa e

contrapoder popular. Nom ns custará, porque essas som as origens do nacionalismo galego. Sempre estivemos aí. Nós nunca necessitamos visons cósmicas andinas para vivermos o equilíbrio com a Terra, nem ir até a China para descobrir a tragédia dos deslocados polo gigantesco encoro das Três Gargantas. Em Castrelo de Minho (1967) centos de galegos/as sofriam desterro forçoso tras serem assolagadas 350ha das melhores terras do Ribeiro.

Por elas e eles lutamos até a cadeia, e na nossa condiçom de prisioneiros/as transloze a dignidade de um povo que nunca deixou de resistir. Que o exemplo de Tebra, das Encrovas ou de Castrelo de Minho prenda nas novas geraçons de galegos e galegas que enfrentam a voracidade energética de Espanha.

Viva Galiza Ceive!
Denantes Mortos que Escravos!

COLETIVO DE PRESOS/AS INDEPENDENTISTAS GALEGOS/AS